

ANTÓNIO M. R. SAMPAIO CAMELO

Curriculum vitae

- Nascido em 23 de maio de 1948, licenciou-se (em 1972) pela Faculdade de Direito da Universidade (Clássica) de Lisboa, onde fez estudos de pós-graduação em ciências jurídicas, em 1972-1973.
- Exerce advocacia desde 1973, tendo sido consultor de grandes empresas e holdings empresariais públicas e privadas, intervindo na redação de numerosos contratos relativos à construção aquisição e reorganização de importantes empresas industriais (nomeadamente, nos sectores mineiro, químico, metalúrgico e da construção e reparação naval) e de transportes, em Portugal ou no estrangeiro, bem como na negociação de contratos de transferência de tecnologia envolvendo essas empresas. Interveio também na preparação de relevantes diplomas de organização do setor público empresarial.
- Foi, de 2001 até 2018, sócio e é, atualmente, *Of counsel* da sociedade de advogados Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados.
- Interveio, como advogado, em numerosas arbitragens *ad hoc* e institucionalizadas, internas e internacionais.
- Foi coárbitro em diversas arbitragens internacionais e internas e presidiu, em 2007-2009, a um tribunal arbitral internacional, sob a égide e as regras da Câmara de Comércio Internacional e, em 2023, a um tribunal arbitral interno.
- Presidiu, em 2005-2006, a uma Comissão de Conciliação constituída no âmbito do *International Centre for Settlement of Investment Disputes* (ICSID/CIRDI), visando solucionar um litígio entre uma empresa francesa e um Estado Africano.
- É membro-fundador da Associação Portuguesa de Arbitragem (tendo feito parte da sua Direção entre 2008-2010) e é membro da *International Bar Association (Arbitration Commitee)*. Foi também membro do *Club Español de Arbitraje* e do *Comité Brasileiro de Arbitragem*.
- Faz parte das listas de árbitros do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, do ARBITRARE - Centro de Arbitragem para a Propriedade Industrial, Nomes de Domínio, Firmas e Denominações (Lisboa) e do Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil - São Paulo.
- Foi co-autor dos projectos de nova Lei da Arbitragem Voluntária, apresentados pela Direção da A.P.A. aos sucessivos Ministros da Justiça, em 2009, 2010 e 2011.
- Foi, em 2005-2006 e 2006-2007, professor convidado da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, onde lecionou direito da
- Leciona ou lecionou em cursos de mestrado ou pós-graduação sobre direito da arbitragem, organizados pelas Faculdades de Direito da Universidade de Lisboa, da Universidade Nova de Lisboa e Universidade Católica (Escola de Lisboa).

- Interveio e apresentou comunicações em numerosos congressos, conferências e colóquios sobre variados temas de arbitragem comercial.

OBRAS PUBLICADAS

- ‘Da suspensão da excecutoriedade dos actos administrativos por decisão dos tribunais administrativos’, O DIREITO, ano 100.º (1968), Fasc. 1-2, Lisboa, pp. 32 e segs.
- ‘Recent Developments in Portuguese Legislation on Tender Offers for the acquisition of Shares of Public Companies’, INTERNATIONAL COMPANY AND COMMERCIAL LAW REVIEW, 1996, Issue 2, Sweet & Maxwell, London, pp. 66-71.
- ‘A garantia bancária à primeira solicitação - sua autonomia e instrumentalidade. Anotação ao Acórdão do S.T.J. de 5 de Junho de 2003’, REVISTA DE DIREITO E ESTUDOS SOCIAIS, ano XLIV (2003), Verbo, Lisboa, n.º 3-4, pp. 87-137.
- ‘Recent Amendment to the Portuguese Law on Voluntary Arbitration’, ARBITRATION INTERNATIONAL, Volume 19 (2003), n.º 4, LCIA, London, pp. 507-509.
- ‘Jurisprudência comentada: questões de arbitragem comercial’, REVISTA DE DIREITO E ESTUDOS SOCIAIS, Ano XLV, n.º 4, Outubro-Dezembro 2004, Verbo, Lisboa, pp. 307-351.
- ‘Questões de arbitragem comercial – II. Anotação ao Acórdão do STJ, de 22 de Abril de 2004’, REVISTA DE DIREITO E ESTUDOS SOCIAIS, Ano XLVI, n.º 2-3-4, Abril-Dezembro 2005, Verbo, Lisboa, pp. 361-384.
- ‘A disponibilidade do direito como critério de arbitrabilidade do litígio - reflexões *de jure condendo*’, REVISTA DA ORDEM DOS ADVOGADOS, ano 66 (2006), Tomo III, Lisboa, pp. 1233-1265.
- ‘A «autonomia» da cláusula compromissória e a competência da competência do tribunal arbitral’, in ‘ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR DOUTOR INOCÊNCIO GALVÃO TELLES, comemorando os seus 90 anos’, 2007, Almedina, Coimbra, pp. 105-128; também publicado na REVISTA DA ORDEM DOS ADVOGADOS, ano 68 (2008), T. I, Lisboa, pp. 353-378.
- ‘Arbitration in Equity and *Amiable Composition* under Portuguese Law’, JOURNAL OF INTERNATIONAL ARBITRATION, Vol. 25, No. 5, October 2008, Kluwer Law International, The Hague, pp. 569-581.
- ‘Decisões interlocutórias e parciais no processo arbitral; seu objeto e regime’, II CONGRESSO DO CENTRO DE ARBITRAGEM DA CÂMARA E COMÉRCIO E INDÚSTRIA PORTUGUESA (INTERVENÇÕES), Almedina, Coimbra, pp. 173-215; também publicado na revista THEMIS, Ano IX, n.º 16, 2009, Almedina, Coimbra, pp. 279-317.
- ‘A Reforma da Lei de Arbitragem Voluntária’, REVISTA INTERNACIONAL DE ARBITRAGEM E CONCILIAÇÃO, n.º 2 (2009) Almedina, Coimbra, pp. 7-56.
- ‘Critérios de arbitrabilidade de litígios. Revisitando o tema’, IV CONGRESSO DO CENTRO DE ARBITRAGEM DA CÂMARA E COMÉRCIO E INDÚSTRIA PORTUGUESA (INTERVENÇÕES), 2011, Almedina, Coimbra, pp. 13-44; também na REVISTA DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, ano 7, n.º 27, 2010, pp. 129-161.
- ‘Anulação de sentença arbitral contrária à ordem pública’, REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO, Lisboa, Abr.-Jun. 2011, n.º 126, pp. 155-198; também publicado na REVISTA DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, ano 7, n.º 32, 2012, pp. 129-161.

- ‘Arbitragem de Litígios Societários’, REVISTA INTERNACIONAL DE ARBITRAGEM E CONCILIAÇÃO, Almedina, Coimbra, N.º 4, 2011, pp. 7-64.

[Os 11 artigos precedentes foram coligidos no livro ‘TEMAS DE DIREITO DA ARBITRAGEM’, Coimbra Editora, Coimbra, 2013]

- ‘Arbitrabilidade dos Litígios sobre a Validade de Deliberações Sociais’, REVISTA BRASILEIRA DE ARBITRAGEM, n.º 33, 2012, CBAr, Curitiba, pp. 101-121.

- ‘A Portuguese Overview of Stolen Masters: The Sale of Stolen and Plundered Art’, INTERNATIONAL LAW PRACTICUM, Vol. 25, No. 2 (Autumn 2012), NYSBA, New York, pp. 161-166.

- ‘A sentença arbitral contrária à ordem pública perante a nova LAV’ *in* ESTUDOS EM HOMENAGEM A MIGUEL GALVÃO TELES, 2012, II vol., Almedina, Coimbra, pp. 51-72.

- ‘A Competência da Competência e a Autonomia do Tribunal Arbitral, REVISTA DA ORDEM DOS ADVOGADOS, ano 73 (2013), Tomo I, Lisboa, pp. 291-325; também na REVISTA DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO, n.º 40 (2014), S. Paulo, pp. 151-177, e na REVISTA DEL CLUB ESPAÑOL DE ARBITRAJE, N.º 19, 2014, Wolters Kluwer España, pp. 19-42.

- ‘O Estatuto dos Árbitros e a Constituição do Tribunal na LAV’, REVISTA INTERNACIONAL DE ARBITRAGEM E CONCILIAÇÃO, Almedina, Coimbra, N.º 6, 2013, pp. 25-77.

- ‘Da Condução do Processo Arbitral na LAV’, REVISTA DA ORDEM DOS ADVOGADOS, ano 73 (2013), Tomo II-III, Lisboa, pp. 669-742.

- ‘Obrigatoriedade da Convenção de Arbitragem e Direito de Acesso à Justiça’, REVISTA DE DIREITO CIVIL, Ano I (2016), N.º 1, Almedina, Coimbra, pp. 65-116.

[Os cinco artigos precedentes foram coligidos (com notas de atualização) no livro ‘DIREITO DA ARBITRAGEM- ENSAIOS’, Almedina, Coimbra, 2017]

- ‘O Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras’, Almedina, Coimbra, 2016 (*livro*).

- ‘Litígios em contratos de construção de grandes infraestruturas. Especificidades e meios de resolução’, REVISTA DE DIREITO CIVIL, Ano II (2017) N.º 2, Almedina, Coimbra, pp. 281-315.

- ‘Quando é que uma arbitragem é internacional?’, REVISTA DE DIREITO CIVIL, Ano IV (2019), N.º 3, Almedina, Coimbra, pp. 583-601.

- ‘Challenge of Arbitral Awards’, *in* INTERNATIONAL ARBITRATION IN PORTUGAL (coordenado por André Pereira da Fonseca e outros), Wolters Kluwer, Alphen aan den Rijn, The Netherlands, 2020.

- ‘Ainda sobre o dever de fundamentar a sentença arbitral’, REVISTA DE DIREITO CIVIL, Ano VI (2021), N.º 3/4, Almedina, Coimbra, pp. 589-636.

- ‘Contributo para uma revisão da LAV (devidamente preparada)’, REVISTA INTERNACIONAL DE ARBITRAGEM E CONCILIAÇÃO, Almedina, Coimbra, N.º 17, 2022, pp. 43-121.

- ‘A Impugnação da Sentença Arbitral’, 4.^a ed., Almedina, Coimbra, 2023 (*livro*).

- ‘Arresto preambular da ação de reconhecimento de sentença arbitral estrangeira’, REVISTA DE DIREITO CIVIL, Ano VIII (2023), N.º 4, Almedina, Coimbra, pp. 765-787.

ÁREAS PREFERENCIAIS DE PRÁTICA:

- Direito comercial (incluindo o direito das sociedades e o direito do comércio internacional); direito bancário; contratos de transferência de tecnologia e de intermediação comercial (agência, concessão e franquia); contratos de *joint venture*, de construção de infraestruturas e de instalações industriais.
- Direito público económico, nomeadamente, o regime das empresas públicas e dos contratos administrativos relativos às atividades económicas.
- Arbitragens internas e internacionais.

LÍNGUAS

- Inglês (*fala e escreve fluentemente*)
- Francês (*fala e escreve fluentemente*)
- Espanhol (*compreende a língua falada e escrita*)
- Italiano (*compreende a língua falada e escrita*)

EXPERIÊNCIA EM ARBITRAGEM

		Presidente do Tribunal	Árbitro único	Coárbitro	Advogado	Secretário
Arbitragens institucionais internacionais	CCI	1			8	
	Outras				2	
Arbitragens <i>ad hoc</i> internacionais				1	1	
Arbitragens internas		1		2	7	

Data: 22-01-2024

Assinatura: